- XLII -**CONFIGURAÇÕES DO ESTADO E SUAS IMPLICAÇÕES
NOS DISPOSITIVOS *ACCOUNTABILITY*³³**

Marilda Pasqual Schneider – Unoesc/Brasil
marilda.schneider@unoesc.edu.br

Michele Luciane Blind de Morais – Unoesc/Brasil
micheleblind10@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O Estado Neoliberal representou um terreno fértil para a implementação de políticas públicas pautadas em uma cultura gerencial de governação. Entretanto, como bem destaca Bobbio (1998), a ideia de Estado antepassa qualquer modelo capitalista posto que o bosquejo de um Estado atuante na esfera política já existia desde os primórdios da humanidade. Assim, estudos que têm esse objeto como elemento de análise precisam levar em conta as transformações operadas no percurso histórico, as quais estão atreladas a diferentes fatores mas que, indubitavelmente, têm no surgimento do capitalismo a força propulsora da configuração do Estado Moderno.

A necessidade de investigar as transformações do Estado na sua relação com mecanismos de controle social adveio de uma pesquisa que tem como foco os dispositivos de *accountability* educacional no Brasil. Tomando como impulsionadora a vertente crítica de análise, compreendemos que a assunção de dispositivos de *accountability* na educação está relacionada com os desdobramentos do Estado na fase avançada do capitalismo. Pautados nos princípios do Estado Neoliberal, em suas feições mais contemporâneas, dispositivos de *accountability* passaram a ser requeridos como mecanismos para a manutenção do controle do Estado na implementação de políticas públicas educacionais, porém a partir de outra lógica de governação que não a que predominou no modelo antigo de Estado.

³³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Considerando o exposto, constitui objetivo deste trabalho revisitar concepções de Estado buscando compreender suas transformações em diferentes contextos históricos e o *modus operandi* dos mecanismos de controle social. O estudo, de caráter bibliográfico, toma como orientação teórico-metodológica a periodização das teorias de Estado propostas por Bobbio (1998).

PENSAMENTO POLÍTICO SOBRE O ESTADO

No debate teórico-prático sobre as conformações políticas de Estado ganha à cena o tema da *accountability* como ferramenta utilizada com vistas ao controle social em regimes democráticos. O'Donnell (2017, p. 211) destaca que o Estado deve assegurar, “pelo menos, os direitos políticos, as liberdades civis e os mecanismos de *accountability* que preservam a igualdade política dos(as) cidadãos(ãs) e fixam limites aos abusos do poder estatal e privado”. Entretanto, quando esses direitos, liberdades e mecanismos são violados no curso desses regimes, cabe à sociedade organizada mobilizar-se contra o abuso de poder dos governantes.

A literatura clássica sobre o Estado debate que existem características distintas na historicidade desse conceito, demarcadas por períodos mais ou menos definidos. Caeiro e Barcelos (2011, s/p), por exemplo, destacam que os períodos históricos que demarcam as diferentes concepções de Estado, podem ser resumidos em três modelos paradigmáticos “[...] o Estado Antigo, que se compõe, basicamente, da análise da Grécia e de Roma; o Estado Medieval, onde emerge com clareza a figura dos feudos e elementos afins; e o Estado Moderno, que é, sucintamente, o Estado dotado de soberania”. Ainda na ótica desses autores, para entender o fenômeno estatal torna-se imprescindível explorar alguns aspectos que o circundam sem perder de vista, no entanto, que não existe um conceito universal que satisfaça diferentes correntes doutrinárias sobre esse conceito.

Na divisão proposta pelos autores, o Estado Antigo era democrático, porém existia uma participação política impregnada de privilégios na medida em que a participação se restringia³⁴ a determinado grupo de cidadãos. Constituem conformações do Estado Antigo o Estado Oriental (teocrático e politeísta); o Estado de Israel (mais humano e racional); o Estado Grego (com separação entre religião e política); e o Estado Romano (com máxima concentração política e econômica) (MALUF, 2008). Nesse modelo, a governança era

³⁴ O direito de participar, seja em Atenas, seja em Roma, seja em todas as democracias que apareceram depois até o século XX, restringia-se apenas a algumas pessoas, prioritariamente, do sexo masculino (DAHL, 2001).

pautada em crenças religiosas e com *accountability* instrumental, onde o povo era chamado a participar em assembleias apenas quando fosse conveniente para os governantes.

No período Medieval, segundo Bonavides (2010, p. 34), uma idiosincrasia presente foi o arrefecimento do Estado ocorrido em vista de que este passou a ser uma “[...] instituição materialmente concentradora de coerção, apta a estampar a unidade de um sistema de plenitude normativa e eficácia absoluta”. Esse arrefecimento foi observado nos dois modelos de Estado da Idade Média, o Estado Medieval (com a reafirmação do poder do Papado) e o Estado Feudal (caracterizado pela descentralização política, administrativa e econômica). A governança estava atrelada a atribuição de privilégios burgueses e a um controle social irrisório e os mecanismos de *accountability* pautavam-se na busca pela eficiência das propriedades. Quanto maior a competitividade de uma propriedade, maior poder teria o proprietário de terras para participar da política ou exigir do governante prestação de contas no uso dos recursos advindos dos impostos. As propriedades pouco produtivas eram repassadas ao Estado (BONAVIDES, 2010).

Entre os séculos XVI e XVII, o modelo medieval de Estado sofreu fortes transformações importantes na sua configuração fez emergir um novo conceito, o Estado Moderno. As bases de sustentação do Estado Moderno coadunam com o surgimento do capitalismo, em que a preocupação com o apaziguamento nas relações sociais e a manutenção da governança, pela burguesia, constitui a tônica principal. Nesse modelo, que teve o regime democrático como um de seu mais importantes alicerces, as formas de *accountability* voltaram-se para a necessidade de controle das ações do Estado. O voto passou a constituir uma das formas mais comuns de *accountability*.

Consoante Carnoy (2013), foi no bojo do Estado Moderno que surgiu o Estado Liberal baseado nos direitos individuais e na ação do Estado com base no bem comum. Hegemônico até o início do século XX, o modelo liberal passou a ser considerado oneroso e pesado demais dado seu caráter centralmente burocrático e de proteção social. Foi assim que surgiu o Estado Neoliberal e, com ele, o conceito de globalização e a ideia de competitividade econômica.

Consequência das novas democracias (O'DONNELL, 2017) implantadas por Estados de configuração neoliberal vimos surgir novos dispositivos de *accountability*. Esses dispositivos passaram a focalizar a desresponsabilização do Estado na implementação de políticas públicas de corte social, a eficiência e a eficácia na oferta dos serviços públicos. No Estado Neoliberal, a gestão pública foi orientada para o alcance de interesses classistas, ao mesmo tempo, consciente ou inconscientemente, reforçou dispositivos de *accountability* para

uma maior participação da sociedade civil nas políticas públicas. Entretanto, essa participação ainda continua sendo instrumental. Por isso, é primordial instalar resistência a governos autoritários e aproveitar os espaços insulados para proclamar nossa indignação.

À GUIA DE ALGUMAS CONCLUSÕES (PROVISÓRIAS)

No debate sobre as conformações políticas do Estado destaca-se a temática da *accountability*, considerada uma das dimensões primordiais de sustentação das modernas democracias. Essa ideia unificadora vai ao encontro de uma compreensão da representação política, em que os cidadãos autorizam seus governantes em prol da promessa de prestação de contas e responsabilização pela produção de instrumentos de controle do poder estatal. Enquanto houverem Estados, haverá a necessidade de controle dos instrumentos públicos e de proteger a liberdade da sociedade civil, especialmente, e os dispositivos de *accountability* são a maneira mais democrática de alcançar tal propósito.

Não obstante, na atual fase do Estado Neoliberal, a democracia vai se constituindo como uma prática universal mascarada pela sua centralidade no poder do Estado. No Brasil, a possibilidade de *accountability* pela sociedade civil encontra-se atualmente ameaçada, e uma de suas razões pode ser adjudicada à publicação, em 23 de janeiro de 2019, do Decreto n.9.690, que altera a Lei de Acesso à Informação³⁵.

Contrariamente ao que se assiste atualmente, entendemos que a cultura de poder estatal precisa ser fortalecida com paradigmas administrativos longevos e democráticos onde os governos estabeleçam ambientes que reconheçam o pertencimento dos cidadãos, pela via de um sistema democrático que precisa ser repensado como ideia unificada de democracia.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Diário de um século**: autobiografia. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 25ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CAEIRO, Bárbara de Oliveira Caminha; BARCELOS, Renato de Abreu. Estado e Constituição: a reciprocidade das condicionantes históricas. **Revista Âmbito Jurídico**. Rio

³⁵ A partir desse Decreto, a divulgação, pelo Estado, de certas informações de interesse público, passará pelo crivo de autoridades ligadas diretamente ao governo central que definirão o grau de sigilo que deve ser assegurado à referida informação.

Grande, XIV, n. 93, out 2011. s/p. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10476&revista_caderno=9. Acesso em: 12 fev. 2019.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

O'DONNELL, Guillermo. **Dissonâncias: críticas democráticas à democracia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.